

CPRT

COMISSÃO DE POLÍTICA
DE RELAÇÕES TRABALHISTAS



RADAR TRABALHISTA

Informativo da Comissão de Política de Relações Trabalhistas - CPRT/CBIC

Ano 6 – Número 0346 – 11/03 à 15/03/2024

SUMÁRIO

- *Destaque da Semana*
- *Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)*
- *Notícias do Executivo*
- *Notícias do Ministério Público do Trabalho*
- *Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho*
- *e-Social*
- *Outras Notícias*
- *Atos Normativos*
- *Dados estatísticos de Fiscalização*

Destaque da Semana

[Confederações pedem que STF estabeleça parâmetros para aplicação da lei de igualdade salarial entre gêneros](#)

Supremo Tribunal Federal - 15/03/2024

A Confederação Nacional da Indústria (CNA) e a Confederação Nacional do Comércio, Bens, Serviços e Turismo (CNC) pedem ao Supremo Tribunal Federal (STF) que aprecie pontos da lei que trata da igualdade salarial entre homens e mulheres que exercem a mesma função. A matéria foi trazida ao Tribunal na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 7612.

As duas confederações explicam que não está em discussão o princípio constitucional da isonomia, mas apenas a necessidade de adequação da Lei 14.611/2023, para que desigualdades legítimas e objetivas, como o tempo na função e na empresa e a perfeição técnica do trabalho, não sejam consideradas como discriminação por gênero.

As entidades dizem, ainda, que a lei exige a divulgação de relatório de transparência salarial e impõe consequências e penalidades em caso de qualquer diferença de remuneração entre homens e mulheres. Defendem que a medida causa injusto dano à reputação das empresas e que a elaboração de plano de carreira corporativo vai muito além da questão de gênero.

Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)

[Mãe não gestante em união homoafetiva tem direito à licença-maternidade, decide STF](#)

Supremo Tribunal Federal - 13/03/2024

O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que a mãe não gestante em união estável homoafetiva tem direito à licença-maternidade. Se a companheira tiver direito ao benefício, deve ser concedido à mãe não gestante licença pelo período equivalente ao da licença-paternidade. A decisão foi tomada no julgamento, nesta quarta-feira (13), do Recurso Extraordinário (RE) 1211446, com repercussão geral.

[TST sedia diálogo internacional sobre Justiça do Trabalho em países de língua portuguesa](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 15/03/2024

O Tribunal Superior do Trabalho (TST) sediará, a partir da próxima segunda-feira (22), a “1ª Oficina Internacional: Diálogo e Cooperação Sul-Sul de Países da CPLP sobre Justiça do Trabalho”. O evento é promovido por meio de uma cooperação entre o Tribunal Superior do Trabalho, a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (Enamat), a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), do Ministério das Relações Exteriores (MRE).

[Empresa de limpeza é responsabilizada por lesões nos braços de agente de asseio](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 15/03/2024

A Sexta Turma do Tribunal Superior do Trabalho reconheceu a responsabilidade da Verzani & Sandrini Ltda., de Santo André (SP), pelas diversas lesões desenvolvidas por uma agente de asseio em razão do trabalho. Assim, a empresa deverá pagar pensão

mensal vitalícia e indenização por dano moral, a ser arbitrada nas instâncias anteriores. Segundo o colegiado, o fato de a empresa conceder intervalos de recuperação regulares não afasta sua responsabilidade civil pelos problemas de saúde relacionados ao serviço.

[Bancária mãe de filhas gêmeas autistas consegue reduzir jornada sem alteração salarial](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 15/03/2024

A Sétima Turma do Tribunal Superior do Trabalho determinou que seja mantido o salário de uma empregada do Banco Bradesco S.A. cuja jornada foi reduzida de oito para quatro horas por ser mãe de gêmeas autistas. O colegiado aplicou, por analogia, regra do Regime Jurídico Único dos servidores públicos federais (Lei 8.112/1990) que possibilita redução de jornada de quem que tenha filho com deficiência sem a diminuição dos vencimentos.

[Rede de fast food é condenada por assédio político a empregados](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 14/03/2024

Em julgamento realizado nesta quarta-feira (13), a Segunda Turma do Tribunal Superior do Trabalho, por unanimidade, condenou a Alsaraiva Comércio Empreendimentos Imobiliários e Participações (nome fantasia da rede de fast food Habib's), em São Paulo (SP) ao pagamento de R\$ 300 mil de indenização por dano moral coletivo, por vincular seus empregados a manifestação política contra o governo federal em 2016. A relatora do recurso, ministra Maria Helena Mallmann, lembrou que o poder diretivo do empregador não abrange a imposição de convicções políticas.

[Custeio de tratamento prova que não houve discriminação na dispensa de dependente químico](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 14/03/2024

A Sétima Turma do Tribunal Superior do Trabalho rejeitou o recurso de um técnico eletroeletrônico da Vale S.A. que pretendia reconhecer que sua dispensa teria sido discriminatória, por ser dependente químico. Esse argumento foi rejeitado porque a empresa havia custeado sua internação e seu tratamento, e só o dispensou depois que ele faltou a consultas.

[Dirigente sindical é dispensado por justa causa após dizer em mensagem que empresa era “um lixo”](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 13/03/2024

A Segunda Turma do Tribunal Superior do Trabalho rejeitou o exame do recurso de um motorista da DVM Transportes Ltda., de Umuarama (PR), demitido por justa causa depois de falar mal da empresa ao chefe por WhatsApp e, depois, mostrar as mensagens aos colegas, entre outras atitudes. A Justiça do Trabalho reconheceu que ele cometeu faltas graves que afastaram sua garantia de emprego por ser dirigente sindical.

[Dano-morte: espólio de vítima de Brumadinho pode ajuizar ação de reparação de danos](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 13/03/2024

A Sexta Turma do Tribunal Superior do Trabalho reconheceu a legitimidade do espólio de um operador de equipamentos da Vale S.A. para pedir na Justiça a reparação de danos decorrentes de sua morte no rompimento da barragem do Córrego do Feijão, em Brumadinho (MG), em janeiro de 2019. O que diferencia este caso de outros julgados pela Justiça do Trabalho é o fato de a indenização ter como origem os danos causados diretamente ao trabalhador, e não ao chamado “dano em ricochete” sofrido por seus familiares.

[Mantida nulidade de cláusula coletiva que prevê benefício custeado por empresas](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 12/03/2024

A Oitava Turma do Tribunal Superior do Trabalho rejeitou o recurso do Sindicato dos Empregados no Comércio de Anápolis (Seca) contra decisão que considerou ilegal uma cláusula coletiva que criava um “benefício familiar social” a ser custeado pelas empresas em favor do sindicato. Para o colegiado, trata-se de uma espécie de contribuição assistencial compulsória que afronta os princípios da autonomia e da livre associação sindical.

[Grupo de risco receberá adicional suprimido durante trabalho remoto na pandemia](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 12/03/2024

A Sétima Turma do Tribunal Superior do Trabalho deferiu o pagamento do adicional de periculosidade aos empregados do grupo de risco das Indústrias Nucleares do Brasil S.A. (INB) que trabalharam remotamente durante a pandemia da covid-19 e tiveram a parcela suprimida do salário naquele período. Para o colegiado, a norma constitucional de irredutibilidade salarial garante o direito à parcela.

[Recurso contra auto de infração não permite que empresa descumpra acordo com MPT](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 11/03/2024

A Terceira Turma do Tribunal Superior do Trabalho rejeitou o recurso da Usina de Açúcar Santa Terezinha Ltda., de Maringá (PR), contra decisão que a obrigou a cumprir um Termo de Ajuste de Conduta assinado com o Ministério Público do Trabalho (MPT). A empresa alegava que ainda estava recorrendo do auto de infração que havia resultado no acordo. Mas, segundo o colegiado, a exigibilidade é imediata diante da constatação do descumprimento do ajuste.

[Justiça do Trabalho reforça viés conciliatório com práticas da Justiça Restaurativa](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 11/03/2024

Aprender e replicar a cultura do diálogo e do pertencimento é um dos pilares da Justiça Restaurativa, técnica de solução de conflitos que, cada vez mais, vem sendo implementada nas diversas relações processuais no Poder Judiciário brasileiro. A prática foi abordada no seminário “Justiça Restaurativa: um caminho para a construção de ambientes de trabalho justos e equitativos”, em que servidoras e servidores do Tribunal Superior do Trabalho debateram formas de ampliar o diálogo e o acolhimento no âmbito interno.

[Indústria química deve pagar plano de saúde a empregado aposentado com leucemia](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 11/03/2024

A Subseção II Especializada em Dissídios Individuais (SDI-2) do Tribunal Superior do Trabalho determinou que a Braskem S.A. pague integralmente o plano de saúde de um químico com leucemia. O colegiado deferiu uma liminar em mandado de segurança, válida até que seja decidida a reclamação trabalhista em que ele alega ter ficado doente por trabalhar muitos anos exposto a benzeno.

Notícias do Executivo

[Empresas devem acessar relatório de transparência salarial a partir de 21 de março](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 15/03/2024

As empresas que enviaram as informações sobre a transparência salarial e critérios remuneratórios para o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) deverão, a partir de 21 de março, acessar o seu relatório disponibilizado pelo portal do Emprega Brasil. De posse deste relatório, a empresa tem até o dia 31 de março para publicar em suas redes sociais, site ou em instrumentos similares, sempre em local visível, garantida a ampla divulgação para seus empregados, trabalhadores e público em geral.

[Caged aponta a geração de 180.395 novas vagas em janeiro](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 15/03/2024

Os dados do Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged), relativo ao mês de janeiro, foram divulgados nesta sexta-feira (15) pelo ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, em entrevista coletiva. De acordo com os dados apresentados, o saldo de empregos do mês de janeiro de 2024 foi de 180.395 postos de trabalho, resultante de 2.067.817 admissões e 1.887.422 desligamentos no mês, ficando o saldo positivo em 25 das 27 unidades de federação.

[MTE libera o 2º lote de pagamento do Abono Salarial 2024 nesta sexta-feira \(15\)](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 15/03/2024

O Ministério do Trabalho e Emprego libera nesta sexta-feira (15) o pagamento do segundo lote do Abono Salarial 2024, ano-base 2022, para os beneficiários nascidos no

mês de fevereiro. Para este calendário, 24.874.071 trabalhadores terão direito ao Abono Salarial, com um gasto aproximado de 27 bilhões de reais. Deste total, 21.982.722 de abonos são de trabalhadores de empresas privadas, que irão receber pela Caixa Econômica Federal, e outros 2.891.349 possuem vínculo público, e irão receber pelo Banco do Brasil.

[MTE promove seminário técnico sobre dados da RAIS 2022](#)

Ministerio do Trabalho e Emprego - 14/03/2024

Para compartilhar novidades técnicas antes da divulgação da Relação Anual de Informações Anuais (RAIS) de 2022, a Subsecretaria de Estatísticas e Estudos do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego promoveu um Seminário sobre o tema nesta quinta-feira (14/03). Ao todo, 160 convidados acompanharam a palestra da subsecretaria de Assuntos Estatísticos do MTE, Paula Montagner, e do coordenador-geral da Subsecretaria, Felipe Pateo. Os dados serão divulgados amanhã (15/03) às 11h, juntamente com os dados do Caged de Janeiro.

[INSS e Defensoria Pública da União assinam acordo no Ministério da Previdência](#)

Ministerio da Previdência Social - 14/03/2024

Nesta quinta-feira o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e a Defensoria Pública da União (DPU) assinaram um Acordo de Cooperação Técnica (ACT) para levar o projeto “Reabilitação Profissional Eficaz: atuação em rede e dignidade para o trabalhador” para todo país. A iniciativa visa ampliar a perspectiva de relacionamento entre a reabilitação profissional e as empresas na capacitação e treinamento dos segurados. O projeto permite que a DPU atue como aliada da reabilitação profissional do INSS junto às empresas, intermediando o encaminhamento de segurados em reabilitação para a realização de treinamento nas empresas que estão abaixo da cota destinada a reabilitados pelo INSS.

Notícias do e-Social

[FGTS DIGITAL EM PRODUÇÃO](#)

eSocial - 14/03/2024

Entra em produção a partir de hoje, dia 1º de março, a plataforma FGTS Digital, um conjunto de sistemas criados para gerenciar os diversos processos relacionados ao cumprimento da obrigação de recolhimento do FGTS, e que facilitará o cumprimento dessa obrigação pelos empregadores, assegurando que os valores devidos aos trabalhadores sejam efetivamente depositados em suas contas vinculadas com maior agilidade e transparência. Os empregadores poderão utilizar o banner de acesso no portal de notícias (<https://www.gov.br/fgtsdigital>) ou acessar a plataforma diretamente no endereço <https://fgtsdigital.sistema.gov.br>. A nova plataforma, construída pelo Ministério do Trabalho e Emprego, por meio da Secretaria de Inspeção do Trabalho, conta com a parceria do Ministério da Gestão e Inovação, do Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (CCFGTS), da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, do Serpro, como desenvolvedor da plataforma, e da Caixa Econômica Federal, que continuará com a gestão dos recursos do FGTS e com atendimento aos trabalhadores.

Notícias do Ministério Público do Trabalho

[MPT dissemina a importância da mediação e da autocomposição na solução de conflitos trabalhistas](#)

Ministério Público do Trabalho - 15/03/2024

Na manhã dessa sexta-feira (15), o Ministério Público do Trabalho (MPT) realizou um evento híbrido no edifício-sede em Campinas (SP) para apresentar à sociedade o Núcleo Permanente de Incentivo à Autocomposição (Nupia), uma importante frente de atuação ministerial que busca a solução de conflitos coletivos trabalhistas por meio da mediação e da autocomposição.

[Curso EaD sobre enfrentamento ao trabalho infantil tem vagas abertas até 19 de abril](#)

Ministério Público do Trabalho - 15/03/2024

Estão abertas até o dia 19 de abril as inscrições para o curso EaD gratuito “Infâncias Protegidas – Agentes Sociais no Enfrentamento do Trabalho Infantil”, voltado a integrantes do Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes, como conselheiras e conselheiros tutelares, profissionais da educação e da assistência social. O objetivo da formação é capacitar participantes no enfrentamento do trabalho infantil por meio da proteção do direito à infância, da defesa do trabalho digno e do estímulo à profissionalização de adolescentes e jovens. O curso, que é gratuito, será realizado entre os dias 30 de abril e 1º de julho e as [inscrições podem ser feitas neste link](#).

[Cadastro Unificado de Dados das Pessoas com Deficiência \(Cadef\) é lançado em Vitória \(ES\)](#)

Ministério Público do Trabalho - 15/03/2024

O procurador-chefe do Ministério Público do Trabalho no Espírito Santo (MPT-ES), Estanislau Tallon Bozi, a procuradora do Trabalho Fernanda Barreto Naves e o assessor de Relações Públicas, Wendell Luís Táboas, compareceram ao Palácio Anchieta na manhã de hoje (14), para o lançamento do Cadastro Unificado de Dados das Pessoas com Deficiência do Estado do Espírito Santo (Cadef).

[Número de municípios que não encaminham notificações de doenças e acidentes relacionados ao trabalho cai 40,7% em 2023](#)

Ministério Público do Trabalho - 12/03/2024

Em 2023, o número de municípios do Brasil que não encaminharam notificações de doenças e acidentes relacionados ao trabalho caiu 40,7% em relação a 2022. Em comparação a 2021, a redução foi de mais de 55%. Os chamados 'municípios silenciosos' chegaram a 491 em 2023 contra 828 registrados no ano anterior e 1099 em 2021. Os dados estão presentes em relatório da Coordenação-Geral de Vigilância em Saúde do Trabalhador da Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente do Ministério da Saúde.

[MPT e CREA/AL firmam termo de cooperação técnica para a fiscalização de normas de Saúde e Segurança do Trabalho](#)

Ministério Público do Trabalho - 11/03/2024

O Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Alagoas (CREA) e o Ministério Público do Trabalho (MPT) firmaram um termo de cooperação técnica, na última quinta-feira (7), que possibilitará a realização de fiscalizações conjuntas e a troca de informações institucionais voltadas à proteção da saúde e segurança de trabalhadores e da população. O objetivo das instituições é reunir esforços para efetuar a correta aplicação das normas de fiscalização em ambientes públicos e privados.

[Observatório digital atualiza dados sobre cumprimento de cota de contratação de pessoas com deficiência no estado de SP](#)

Ministério Público do Trabalho - 11/03/2024

O Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (CESIT/UNICAMP) atualizou o segundo módulo do Observatório do Trabalho e Pessoa com Deficiência, uma

ferramenta digital interativa para pesquisadores, agentes públicos e cidadãos no geral interessados em explorar dados relacionados à inclusão de população de pessoas com deficiência e reabilitados no mercado de trabalho do estado de São Paulo. A iniciativa é o resultado de uma pesquisa realizada pelo Núcleo de Pesquisas sobre o Mercado de Trabalho e Pessoas com Deficiência (NTPcD/CESIT), a partir de um convênio celebrado com o Ministério Público do Trabalho (MPT).

Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho

[CNM reúne-se novamente com equipes de sistemas do FGTS Digital, e-Social e Domicílio Eletrônico Trabalhista](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 13/03/2024

O Comando Nacional de Mobilização reuniu-se na tarde desta quarta-feira com Auditores-Fiscais do Trabalho que integram as equipes de Fiscalização do FGTS Digital, e-Social e Domicílio Eletrônico Trabalhista - DET para discutir sobre as novas orientações. Na reunião, os participantes apresentaram algumas sugestões a respeito do movimento que conta com o apoio da grande maioria da categoria. Participaram cerca de 32 Auditores dessas áreas.

[Comissão Especial de Segurança e Saúde Ocupacional da ABNT convida SINAIT para contribuir com trabalhos técnicos](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 13/03/2024

A Comissão Especial de Segurança e Saúde Ocupacional ABNT/CEE 109, da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), convidou o SINAIT a integrar seus quadros, de forma a colaborar para a padronização da Saúde e Segurança Ocupacional (SSO) no Brasil. A Comissão de Estudo ABNT CEE-1009 foi reativada no dia 27 de fevereiro, e tem na coordenação o Auditor-Fiscal do Trabalho aposentado Leonidio Ribeiro.

[FGTS Digital e eSocial: paralisação de Auditores-Fiscais do Trabalho recebe apoio de contadores](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 11/03/2024

Antes mesmo de iniciar, a mobilização dos Auditores-Fiscais do Trabalho que atingirá serviços do FGTS Digital e do eSocial recebe apoio de outras categorias, como da área contábil. Matéria do Jornal Contábil reconhece a importância da Inspeção do Trabalho e diz que a mobilização iminente não só promete desencadear uma série de complicações para trabalhadores e empregadores, mas também representa um impasse crucial na relação entre o governo federal e uma categoria vital para a fiscalização e garantia dos direitos trabalhistas.

[SP: Inspeção do Trabalho embarga obra de 878 unidades do Minha Casa Minha Vida em Franca](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 11/03/2024

Uma equipe de Auditores-Fiscais do Trabalho embargou uma obra do Minha Casa Minha Vida em Franca (SP), contendo 878 unidades habitacionais. O empreendimento, denominado Parque dos Pássaros, apresentava uma série de irregularidades que colocavam em risco os trabalhadores. A fiscalização, que ocorreu em 1º de março, integrou uma ação de proteção ao trabalhador na indústria da construção civil, ocorrida em vários estados na semana do dia 26 de fevereiro.

Outras Notícias

[TST anula indenização a empregado que foi demitido com depressão](#)

Consultor Jurídico - 17/03/2024

Por entender que não estavam presentes os requisitos necessários para caracterizar o dano moral trabalhista, o desembargador convocado para o Tribunal Superior do Trabalho Eduardo Pugliesi reformou uma decisão que havia condenado uma empresa a indenizar um empregado demitido enquanto estava com depressão. No recurso, a empresa sustentou que não era cabível a condenação porque não havia elementos que gerassem a necessidade de compensação.

[AGU e MPT celebram acordo sobre terceirizados no poder público](#)

Consultor Jurídico - 16/03/2024

A Advocacia-Geral da União (AGU) celebrou na última quinta-feira (14/3) um acordo de cooperação técnica com o Ministério Público do Trabalho (MPT) para a troca de conhecimento e a oferta de capacitação a membros das instituições e gestores públicos sobre a contratação de mão de obra terceirizada pelo poder público.

[Limites das negociações coletivas de trabalho](#)

Consultor Jurídico - 15/03/2024

As negociações coletivas de trabalho sempre receberam atenção especial em razão dos benefícios e direitos assegurados aos trabalhadores representados e, também, pelos impactos que poderiam causar nos setores de atividade econômica. Ao longo dos anos, foram promotoras de direitos posteriormente estendidos, por lei, a todos os trabalhadores.

[Estabilidade provisória da gestante submetida a contrato temporário aguarda resolução pelo STF](#)

Consultor Jurídico - 15/03/2024

Em que pese o Supremo Tribunal Federal, em sede de repercussão geral (Tema nº 542), tenha fixado a tese segundo a qual “a trabalhadora gestante tem direito ao gozo de licença-maternidade e à estabilidade provisória, independentemente do regime jurídico aplicável, se contratual ou administrativo, ainda que ocupe cargo em comissão ou seja contratada por tempo determinado”, certo é que, em pleno dia da mulher, este mesmo tribunal queda-se inerte quanto à aplicação da referida tese no âmbito do Agravo em Recurso Extraordinário nº 1.331.863, o qual questiona a inconstitucionalidade do Incidente de Assunção de Competência (IAC) nº 02 do Tribunal Superior do Trabalho.

[Caminhoneiro com tanque reserva não tem direito a adicional de periculosidade](#)

Consultor Jurídico - 14/03/2024

A quantidade de combustível contida em tanques para consumo próprio do veículo, ainda que sejam suplementares, não deve ser considerada para efeito de reconhecimento de condições perigosas de trabalho. Esse entendimento é da 8ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho, que considerou improcedente um pedido de adicional de periculosidade por entender que a condução de veículo com tanque suplementar não gera o benefício.

[Gordofobia: prática discriminatória no meio ambiente de trabalho](#)

Consultor Jurídico - 14/03/2024

A data de 4 de março é marcada por ser o “Dia Mundial da Obesidade”, de sorte que tal referência tem por finalidade aumentar a conscientização da população sobre essa doença crônica que afeta pessoas de todas as idades. Nesse sentido, o Brasil tem implementado algumas medidas visando reduzi-la entre os jovens, assim como para deter o seu crescimento entre adultos

[Impor limite etário para vaga de emprego gera dever de indenizar, diz TRT-2](#)

Consultor Jurídico - 13/03/2024

A Lei 9.029, de 1995, proíbe práticas discriminatórias na seleção e nas relações de emprego, sejam as discriminações por idade ou outros fatores. Com base nesse entendimento, a 11ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região manteve a condenação de uma empresa a pagar R\$ 10 mil de indenização a uma candidata que não foi selecionada para vaga de emprego por ter 44 anos de idade na época dos fatos.

[Proteção excessiva reduz competência da Justiça do Trabalho, diz Gandra Filho](#)

Consultor Jurídico - 12/03/2024

Desde a Constituição de 1988, decisões excessivamente protecionistas ao trabalhador proferidas pelo Tribunal Superior do Trabalho e pela primeira e segunda instâncias vêm causando uma redução gradual da competência da Justiça do Trabalho. Essa análise é do ministro Ives Gandra da Silva Martins Filho, do TST. Ele falou sobre o assunto em entrevista à série “[Grandes Temas, Grandes Nomes do Direito](#)”, na qual revista eletrônica Consultor Jurídico conversa com algumas das principais personalidades do Direito sobre os temas mais relevantes da atualidade.

[Fornecedores têm responsabilidade por prensa que esmagou dedos de trabalhador](#)

Consultor Jurídico - 12/03/2024

A 17ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (Grande São Paulo e litoral paulista) reformou uma sentença para reconhecer a responsabilidade solidária de três empresas de eletrodomésticos pelos danos sofridos por operador de prensa que teve dedos esmagados em acidente de trabalho. Além das três companhias, fornecedoras dos equipamentos e peças envolvidas no acidente, o processo tem ainda no polo passivo duas empresas de eletrodomésticos que são comercializados já montados.

[Cármen Lúcia critica TRT-3 ao anular decisão que reconheceu vínculo](#)

Consultor Jurídico - 12/03/2024

A ministra Cármen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal, classificou como injustificável a relutância do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região em aplicar o entendimento da corte ao anular acórdão que reconheceu vínculo empregatício entre uma

empresa de seguros e um franqueado.

[TRT-2 condena trabalhador que acusou falsamente empresa de falta grave](#)

Consultor Jurídico - 12/03/2024

A alteração da verdade dos fatos tripudia sobre o princípio da ampla defesa e justifica a condenação por litigância de má-fé, de acordo com o entendimento da 3ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (Grande São Paulo e litoral paulista). A corte manteve a condenação de um empregado e elevou de 9% para 10% a multa aplicada contra ele em primeiro grau.

[Não se presume Covid-19 como doença ocupacional, entende TRT-18](#)

Consultor Jurídico - 11/03/2024

Não se pode presumir o caráter ocupacional da Covid-19 pelo simples fato de que ela acometeu uma pessoa que trabalhava durante o período das restrições sanitárias. Com esse entendimento, a 2ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região (GO) afastou a condenação de uma empresa alimentícia em razão da morte de um de seus empregados por Covid-19. A alegação é que o homem foi obrigado a retornar ao trabalho durante a epidemia, apesar de fazer parte de grupo de risco. Ele se contaminou com o coronavírus e morreu.

[TST valida dispensa de controle de jornada para trabalho externo](#)

Consultor Jurídico - 11/03/2024

O Supremo Tribunal Federal já decidiu que acordos e convenções coletivos podem limitar ou afastar direitos trabalhistas, desde que esses direitos não sejam indisponíveis — aqueles dos quais o cidadão não pode abrir mão, listados no artigo 611-B da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) desde a reforma trabalhista de 2017. E o controle de jornada dos trabalhadores não está entre os direitos considerados indisponíveis.

[TRT-3 suspende pagamento de horas extras relativas a banco de horas invalidado em sentença](#)

Consultor Jurídico - 11/03/2024

O desembargador Paulo Chaves Corrêa Filho, do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, determinou, em liminar, a suspensão da execução do pagamento de horas extras de empregados da associação mantenedora do Hospital de Clínicas de Itajubá (MG), relativas à invalidação do banco de horas. O banco de horas é um sistema de compensação das situações em que a jornada é extrapolada. Ela pode ser reposta outros dias com reduções ou mesmo ausências.

[Projeto quer regulamentar decisões do STF que alterem legislação](#)

Migalhas - 15/03/2024

Tramita na Câmara dos Deputados o [PL 3.640/23](#), que regulamenta o regime jurídico das ações de controle concentrado no STF. Segundo o texto, o Tribunal poderá proferir decisões de caráter aditivo ou normativo. A proposta tem origem em anteprojeto elaborado por uma comissão de juristas criada pela Câmara dos Deputados em 2020, presidida pelo ministro Gilmar Mendes, do STF. Pereira decidiu apresentar o anteprojeto na íntegra.

[Juiz nega gratuidade a parte que pagou advogado: “pobre não renuncia a direitos”](#)

Migalhas - 15/03/2024

“Pobres não renunciam a direitos; e se o fazem, devem suportar os custos de suas ações.” Assim diz citação usada pelo juiz de Direito Daniel Lucio Da Silva Porto, da 26ª vara Cível do Foro Central Cível de SP, ao indeferir pedido de justiça gratuita. O processo foi movido contra um banco por supostas práticas abusivas.

[Trabalhador que mentiu em processo é condenado por má-fé](#)

Migalhas - 15/03/2024

A juíza do Trabalho substituta Priscila Gil de Souza Murad, da 4ª vara do Trabalho de São José do Rio Preto/SP, condenou ex-empregado da MRV Engenharia ao pagamento de multa por litigância de má-fé. A decisão veio após a constatação de que o ex-funcionário prestou informações falsas em sua ação judicial, onde alegava ter sido despejado de sua residência por falta de pagamento do aluguel, decorrente da

ausência de salários durante o chamado “período de limbo previdenciário”, supostamente causado por um acidente de trabalho.

[STJ derruba limite de 20 salários para contribuições ao Sistema S](#)

Migalhas - 14/03/2024

Nesta quarta-feira, 13, a 1ª seção do STJ decidiu que não é aplicável a limitação de 20 salários-mínimos à base de cálculo das contribuições ao Sistema S. A decisão, guiada pelo voto da relatora, ministra Regina Helena Costa, estabeleceu que não há um limite legal para as contribuições ao Sesi, Senai, Sesc e Senac. Além disso, o colegiado, por 3 votos a 2, determinou que a aplicação dessa decisão deve ser modulada.

[STJ mantém na Justiça do Trabalho caso envolvendo benefício e previdência](#)

Migalhas - 13/03/2024

A 2ª seção do STJ decidiu manter decisão que mandou para a Justiça do Trabalho processo envolvendo o pagamento de vantagem denominada “reembolso de despesa de alimentação”, em pecúnia. A ação foi movida contra a CEF, empregadora, e a Funcef, em razão de possíveis reflexos na previdência. Os ministros, por unanimidade, seguiram o voto do relator, João Otávio de Noronha, negando provimento ao agravo para manter inalterada decisão atacada, que conheceu de conflito de competência para declarar a competência da vara do Trabalho.

[TRT-9 confirma justa causa a gerente que deu ração às subordinadas](#)

Migalhas - 13/03/2024

TRT da 9ª região manteve demissão por justa causa aplicada a gerente comercial que ofereceu ração de cachorro às funcionárias como presente pelo Dia Internacional das Mulheres. 2ª turma entendeu que conduta do ex-trabalhador foi discriminatória e preconceituosa.

[Discriminação: Mulher chamada de “sapão” por superior será indenizada](#)

Migalhas - 11/03/2024

Justiça do Trabalho de Minas Gerais determinou o pagamento de indenização por danos morais, no valor de R\$ 10 mil, a trabalhadora que sofreu discriminação no ambiente de trabalho. Ela alegou que o supervisor hierárquico a chamou de “sapão”, referindo-se à estatura física, e de “Pedro facão”, “com o evidente propósito de exposição da sexualidade dela”.

[Construtora pagará R\\$ 150 mil por não respeitar licença-maternidade](#)

Migalhas - 11/03/2024

Diretora de construtora será indenizada em cerca de 150 mil por danos morais e materiais por ter de prestar serviço durante a licença-maternidade. Em sentença proferida na 87ª vara do Trabalho de São Paulo/SP, a juíza de Direito Paula Maria Amado de Andrade considerou que empregador que priva empregada mãe de convívio com o bebê comete ato ilícito e discriminatório, pois impõe à profissional regra que pode afetar a saúde.

[Audidores fiscais do trabalho mantêm mobilização pré-greve realizando apenas operações específicas](#)

Revista Proteção - 15/03/2024

A greve anunciada para a última quarta-feira, 13, pelo Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho não foi oficializada. De acordo com informações de auditores que participam do movimento a situação atual é de mobilização pré-greve mantendo as atividades de fiscalização apenas nos serviços essenciais e em situações de grave e iminente risco ao trabalhador. O principal motivo da manifestação é a não regulamentação do Bônus Eficiência de Produtividade acordado com o Governo em 2016, mas cujo decreto que o regulamentaria acabou não sendo publicado.

[INSS: Attestmed está aceitando requerimento de acidente de trabalho](#)

Revista Proteção - 14/03/2024

O sistema digital do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) agora oferece uma nova facilidade aos segurados que necessitam solicitar um benefício por incapacidade temporária de forma remota. A atualização permite que, além do envio de laudos e atestados médicos digitalizados, os segurados possam solicitar o benefício nos

casos de acidente de trabalho com afastamento de até 180 dias. Essa atualização foi implementada no sistema Atestmed e está em conformidade com a Portaria Conjunta MPS/INSS 38.

[Vem aí o 8º Prêmio Seconci-SP de Saúde e Segurança do Trabalho](#)

Revista Proteção - 14/03/2024

Realizado pelo Seconci-SP – Serviço Social da Construção – em parceria com o SindusCon-SP – Sindicato da Construção, a 8ª edição do Prêmio Seconci-SP de Saúde e Segurança do Trabalho (SST) será lançada em Webinar e presencial, a realizar-se em 20 de março no Teatro da sede central do Seconci-SP. A premiação visa reconhecer, homenagear e divulgar as melhores práticas de Saúde e Segurança do Trabalho em canteiros de obras de construtoras, instaladoras, subcontratadas e subempreiteiras, localizados no Estado de São Paulo. A solenidade de premiação acontecerá em 28 de outubro, na capital paulista.

[OIT alcança acordo sobre a questão de salários dignos](#)

Organização Internacional do Trabalho - 15/03/2024

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) chegou a um acordo sobre a questão do salário digno. O acordo, alcançado durante uma Reunião de Peritos sobre políticas salariais, em fevereiro, foi aprovado pelo Conselho de Administração da OIT na sua sessão de quarta-feira, 13 de março. Os peritos concordaram que salários dignos são fundamentais para o desenvolvimento econômico e social e para promover a justiça social. Desempenham também um papel essencial na redução da pobreza e da desigualdade e na garantia de uma vida decente e digna.

[Mercado de trabalho da construção registra crescimento em janeiro](#)

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 15/03/2024

O setor da construção apresentou um resultado positivo no primeiro mês de 2024, gerando 49.091 novas vagas com carteira assinada, conforme dados do Novo Caged divulgados pelo Ministério do Trabalho. Esse número representa um aumento de 25,68% em relação ao mesmo período do ano anterior. Após quedas sazonais nos meses anteriores, o setor volta a mostrar resultados positivos em seu mercado de trabalho formal.

[Reunião da Comissão de Política de Relações Trabalhistas será realizada dia 28](#)

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 15/03/2024

No próximo dia 28, a Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT) da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), realizará uma Reunião Geral, de forma on-line, via TEAMS, das 9h às 13h. O objetivo da reunião é debater os instrumentos coletivos do trabalho, como a contribuição assistencial patronal e cláusulas sociais. A abertura do encontro será realizada pelo vice-presidente da CPRT, Ricardo Michelin. Em seguida, o Consultor Técnico Clovis Queiroz abordará o tema a ser debatido.

[Cultura de Segurança no Trabalho deve ser cultivada nas organizações](#)

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 12/03/2024

A segurança no trabalho não deve ser vista apenas como uma lista de procedimentos ou o uso correto de equipamentos, mas sim como uma cultura que deve ser cultivada e promovida em todos os níveis hierárquicos da organização. Uma verdadeira cultura de segurança envolve a todos, desde a alta gerência até o trabalhador da linha de frente, todos focados em manter um ambiente de trabalho seguro e saudável.

[MTE: Sistema Domicílio Eletrônico Trabalhista começa a operar](#)

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 15/03/2024

Na última quinta-feira (7), o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) anunciou o início do funcionamento do Sistema Domicílio Eletrônico Trabalhista (DET). Em desenvolvimento pelo Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro), com a gestão da Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT) do MTE, o Sistema tem como objetivo prover uma maior padronização e eficiência nas comunicações entre os auditores-fiscais do trabalho e os empregadores.

Atos Normativos

[PORTARIA MTE N° 290, DE 8 DE MARÇO DE 2024](#) (DOU de 11/03/2024 Seção I Pág. 342) - Aprova o Plano Estratégico do Ministério do Trabalho e Emprego para o período de 2023 a 2027;

[PORTARIA MTE N° 291, DE 8 DE MARÇO DE 2024](#) (DOU de 11/03/2024 Seção I Pág. 344) - Altera a Portaria MTP n° 849, de 29 de novembro de 2021, para modificar capítulo que trata da concessão de perfis de acesso ao módulo de administração do Sistema Simplificado de Escrituração Digital das Obrigações Previdenciárias, Trabalhistas e Fiscais - eSocial no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego;

[PORTARIA MTE N° 294, DE 8 DE MARÇO DE 2024](#) (DOU de 11/03/2024 Seção I Pág. 344) - Dispõe sobre a realização de Chamamento Público para composição de Lista Tríplice para indicação, no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego, de especialista titular e suplente em saúde do trabalhador para a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTNBio;

[DECRETO N° 11.947, DE 12 DE MARÇO DE 2024](#) (DOU de 13/03/2024 Seção I Pág. 09) - Dispõe sobre a antecipação do abono anual devido aos segurados e dependentes da Previdência Social no ano de 2024;

[PORTARIA CONJUNTA MPS/INSS N° 7, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2024](#) (DOU de 13/03/2024 Seção I Pág. 171) - Inclui os §§ 1º e 2º do art. 5º da Portaria Conjunta MPS/INSS n° 38, de 20 de julho de 2023, que disciplina as condições de dispensa da emissão de parecer conclusivo da Perícia Médica Federal quanto à incapacidade laboral e a concessão do benefício por meio de análise documental pelo Instituto Nacional do Seguro Social, de que trata o § 14 do art. 60 da Lei n° 8.213, de 24 de julho de 1991;

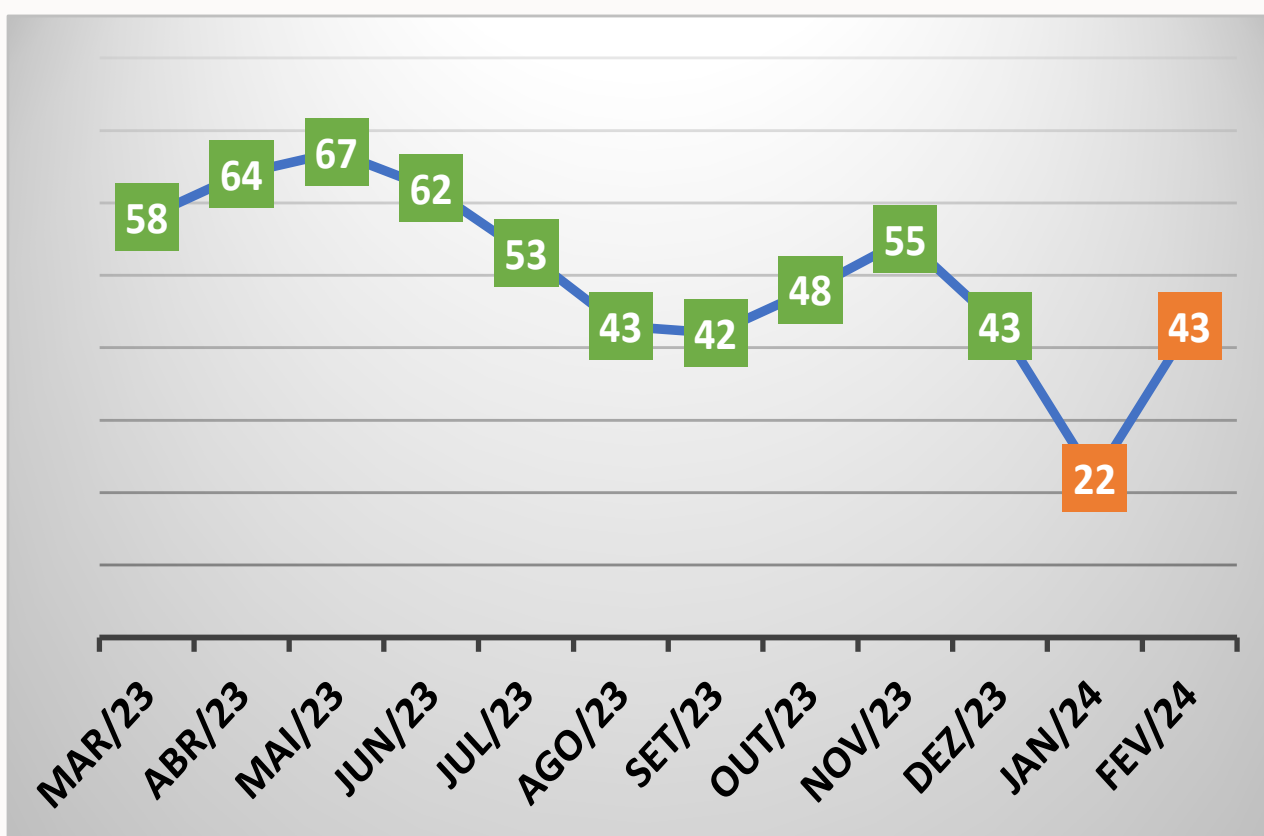
[INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB N° 2.181, DE 13 DE MARÇO DE 2024](#) (DOU de 15/03/2024 Seção I Pág. 20) - Altera a Instrução Normativa RFB n° 2.043, de 12 de agosto de 2021, que dispõe sobre a Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais (EFD-Reinf);

[PORTARIA MPS N° 723, DE 8 DE MARÇO DE 2024](#) (DOU de 15/03/2024 Seção I Pág. 114) - Altera a Portaria MTP n° 220, de 2 de fevereiro de 2022, que disciplina os procedimentos referentes à comprovação de vida anual dos beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

RADAR
TRABALHISTA

Dados estatísticos de Fiscalização

Quantidade de Autos de Infração lavrados por descumprimento da Norma Regulamentadora n.º 07 (NR 07) durante a fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego na Indústria da Construção (CNAEs 41, 42 e 43) nos últimos doze meses:



Fonte: Radar SIT - Autuações

EXPEDIENTE

Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC)

Renato de Sousa Correia

Presidente

Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT/CBIC)

Ricardo Dias Michelin

Vice- Presidente da CPRT

Gabriela Serafim

Gestora de Projetos da CPRT

Queiroz Neto Advocacia

Clovis Veloso de Queiroz Neto

Consultor CBIC e Responsável Técnico

Projeto Gráfico

Paulo Henrique Freitas de Paula